

Morte e suicídio

O tema da morte e do suicídio, inesgotável em termos de ciência como em termos de pensamento (maravilhar-se da vida implica tentar uma decifração do enigma da morte), encontra, no evoluir dos tempos e dos paradigmas, novos percursos e estilos de reflexão.

Apesar da segurança proclamada pelo pensamento científico, neste momento de Crise das ciências europeias, o incognoscível da morte — tão obstinado hoje como no discorrer socrático do Fedon — vem repercutir-se em opacidade e relatividade sobre todo o saber, e ergue-se como um desafio aos eudemonismos de uma época dominada pela convicção de triunfo civilizacional e de submissão da matéria aos destinos da História.

Num período em que a capacidade de prever comanda os avanços de uma ciência que se apoia nas técnicas e que quantifica mesmo o psiquismo humano, a essência da morte mantém-se imprevisível; numa era em que o capital dita a distância a que o «saber» pode ser conduzido, «não há senão a morte — segundo a expressão de Freud — que permanece gratuita». Ela constitui um dos raros temas que restituem simetria às relações dos homens, e mesmo à relação do psicoterapeuta com o seu cliente.

Dos textos que são a seguir reproduzidos, o primeiro refere-se ao encobrir da morte, comum no mundo urbano-industrial da modernidade, e ao ocaso do pensamento filosófico que o acompanha, bem como à crise das ciências do Homem, que vêem substituir-se à compreensão humana total um conjunto de explicações parcelares, não unificadas, triviais e reducionistas. O sofrimento do morrer é, na segunda parte deste ensaio, considerado em oposição à própria abstracção da morte, e o significado de tal distinção pensado à luz da intencionalidade depressiva.

Seguem-se as comunicações feitas numa mesa-redonda inter-disciplinar intitulada «O Homem face à Morte», que decorreu em Novembro de 1982 no âmbito do Terceiro Encontro de Geronto-psiquiatria, sob a orientação do Prof. Eduardo Cortesão. A estes trabalhos, alguns dos quais foram actualizados, juntam-se dois textos de elaboração mais recente, um da autoria de Daniel Sampaio sobre «Autópsia psicológica do suicídio» e outro de Luís Prats sobre alguns aspectos trans-culturais do suicídio.

«O devir existencial do velho perante a morte», da autoria de Paes de Sousa, traça a problemática do homem que envelhece face ao aproximar da morte, e indica as vias, normais e patológicas, em que ele se situa perante o problema da morte iminente. Uma dessas vias consiste na construção de um novo projecto existencial, mais adequado ao seu estar-no-mundo — projecto de que dá testemunho Jaspers ao concluir a sua Autobiografia Filosófica: O espaço em que a razão se fortifica não se fecha no ciclo biológico da existência. Chegado à idade avançada, acontece que o pensador se encontra numa situação paradoxal: estimulado pelas suas experiências espirituais, descobre novos espaços».

O segundo texto — «Vida e morte na criação artística», de Luísa Figueira — considera a arte enquanto modo de explicitar a emoção e expectativa humanas perante o destino e a morte. Procura e encontra na obra do pintor nórdico Edward Munch, atormentada e projectiva como uma patografia, sinais de desespero junto das imagens de morte que sucessivamente pintou ao longo da vida. O sentido do eco da angústia e amargura que delas se desprende é questionado pela autora, em parte pela mediação de um ensaio de Elias Canetti, intérprete ele próprio dos quadros do pintor expressionista. Paradoxalmente, quem quer que estabeleça um elo cúmplice com a atmosfera de um quadro que se lhe torne reveladora pode decifrar elementos ocultos da sua essência, e — mesmo a partir da representação da morte — pode conseguir uma reconciliação com a (sua) natureza.

Nuno Félix da Costa, no seu singular trabalho «A morte na apropriação da imagem», de ressonâncias proustianas e bartheanas, questiona o sentido da morte e da vida nas imagens das fotografias. Complexa e por vezes perversa relação objectal liga o sujeito que é autor de uma fotografia e o que dela é objecto: relação complementar de posse e oferta, em que a posse implica atitude de cedência passiva ao desejo coleccionista do fotógrafo. Desvelada e fixada pelo ritual da revelação, a fotografia representa como o inverno de uma alucinação: mais persistente do que a própria vida, presta-se a renovados olhares, à descoberta ilimitada de pormenores cativos na situação, à decifração psicológica de um instante que, de outro modo, teria escapado à rememoração no fluir das vivências. E o que pensar das fotografias dos velhos álbuns, em que as presenças familiares de vivos e mortos, postos lado a lado, evocam a precaridade humana e deslumbram a memória de quem olha e se apropria de imagens antigas que foram suas, revendo-se no seu passado remoto e, desse modo, situando-se na dimensão do seu envelhecer, no seu próprio percurso rumo à morte?

Manuel João Ramos sintetiza e ilustra no seu texto «A morte, categoria lógica no pensamento simbólico» como o advir da morte (de algum modo análogo do nascimento) nas sociedades tradicionais é entendido no contexto lógico do pensamento simbólico próprio de cada cultura. Em grupos étnicos da Índia, da África e da América do Sul, o destino dos que morrem é complementar da presença dos vivos, e, mediante processos rituais,

participa da origem dos que vão nascer, isto é, da continuidade física e cultural do grupo, que, desde os antepassados, se prolonga aos que vão nascer. A concepção da morte enquanto corte abrupto entre dois mundos separados radicalmente, opostos pela arma dialéctica da linguagem, em que o domínio da morte é negativo em relação ao dos vivos e da vida, é essencialmente ocidental.

A nossa própria comunicação — «A formação da noção de morte e seus níveis de representação nos primatas não humanos» — procura reconstituir as origens da ideia de morte. A intuição da morte (decerto larvada nos nossos antepassados Hominídeos, caçadores gregários atentos as suas presas em todas as fases do acto predador), inscrita na representação intra-psíquica do mundo, evoluiu até se tornar conceito susceptível de englobar a universalidade do fenómeno da morte e, no limite, da própria morte do Sujeito. É este percurso evolutivo que se procura clarificar, com base em elementos da paleontologia humana, da proto-arqueologia e da etologia social dos Carnívoros e Primatas, postos em convergência com vista a elucidar o processo hominizante, cuja leitura é desenvolvida no quadro de um modelo piagetiano transposto do plano ontogenético para o filogenético.

Daniel Sampaio, no seu artigo «Suicídio e autópsia psicológica», após uma breve nota sobre os diversos métodos de entender o suicídio, revê o conceito de autópsia psicológica, de real valor no estudo retrospectivo da personalidade do suicida, mas também como arma preventiva (ao rever e caracterizar as situações de alto risco) e enfim como meio terapêutico, de apoio às famílias confrontadas com o suicídio de um dos seus elementos. São ainda discutidas as vantagens e dificuldades da implantação entre nós da autópsia psicológica.

A comunicação de Luís Prats, aqui publicada sob a forma de artigo, centra-se na avaliação compreensiva das motivações suicidárias em várias culturas. Após apresentação do problema geral do suicídio enquanto constante trans-cultural, implícita à condição dos grupos humanos, o autor analisa as regras do jogo suicidário (determinações para passar ao acto suicida, em consonância com os ideais culturais e sistemas de interdições: atitudes do grupo perante o suicídio e a memória do suicida; significado da morte por suicídio no contexto da «homeostasia de valores» num determinado quadro sócio-cultural) em diversas sociedades sem escrita, mas também em certas civilizações, e correlaciona-as sobretudo com a existência de códigos de honra.

ANTÓNIO BRACINHA VIEIRA